MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

EXTRATO DE ATA DA 1282ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE 2018, ÀS 9:15 HORAS.

Local: Plenário da Unidade Leste do Ministério Público do Estado do Piauí.

Presentes os eminentes Conselheiros Dr. Cleandro Alves de Moura, Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. Aristides Silva Pinheiro, Corregedor-Geral do Ministério Público; Dr. Alípio de Santana Ribeiro, Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Dr. Luís Francisco Ribeiro e a Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.

1) O Presidente saúda os presentes e, havendo quórum, declara instalada a 1282ª sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, marcada para hoje, dia 5 de julho de 2018, às 09:00 horas.

2) O Presidente inicia a sessão pelo item 1 da pauta, submetendo a apreciação do Colegiado a ata da 1281ª sessão ordinária, realizada no dia 29 de junho de 2018, encaminhada cópia do extrato aos Conselheiros. **O Presidente declara aprovada a ata da 1281ª sessão ordinária, realizada em 29 de junho de 2018, em face da inexistência de retificações.**

2) JULGAMENTO DE PROCESSOS

2.1 Relatora: Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.

2.1.1 Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000026-226/2018. Origem: Procuradoria Geral de Justiça. Assunto: Edital CSMP nº 03/2018 – Concurso de Promoção por Merecimento para o cargo de Procurador de Justiça titular da 6ª Procuradoria de Justiça. **Relatora: Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** O Presidente informa que o Dr. Francisco Raulino Neto apresentou, antes do início da sessão, documento postulando o indeferimento da inscrição da Dr.ª Débora Maria Freitas Said no concurso de promoção (Processo GEDOC nº 000026-226/2018). Aduz que no momento da publicação do edital, a Promotora de Justiça não integrava o quinto e fundamenta em certidão emitida pela Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público. Então, solicita que seja apreciada, preliminarmente, acerca da possibilidade de inscrição da candidata e caso deferida a inscrição da candidata impugnada, requer seja suspensa a sessão de promoção, vez que tramita o Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00533/2018-37, junto ao Conselho Nacional do Ministério Público. Submetido o pedido à apreciação, o Presidente passa a palavra à Dra. Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando que fez cumprimentos a todos os presentes. A relatora apregoa o processo.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Após, comunica que irá analisar o requerimento do Dr. Francisco Raulino Neto, a respeito de preliminares, em seu voto. No que diz respeito ao sobrestamento em razão do PCA, aduz que, pelo Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, mais especificamente o art. 126, estabelece “Art. 126. O relator, no caso do PCA, requisitará informações dos requeridos no prazo de 15 dias podendo determinar a publicação de edital pela notificação dos interessados. Parágrafo único. O relator poderá determinar liminarmente, de ofício ou mediante provocação, a suspensão da execução do ato impugnado”. Como relatora, não tem qualquer conhecimento de decisão por parte do relator do PCA que esteja inserido na norma do parágrafo único. Não existe determinação do Conselho Nacional para que esse Colegiado pudesse sobrestar o processo na origem, logo não vê nenhuma necessidade de levar a cabo o julgamento. Portanto, não vê nenhum óbice para que se faça o julgamento dessa matéria. Contudo, o requerente ou postulante dessas questões poderá adotar as medidas cabíveis após o julgamento. A relatora, portanto, repete que está apta a julgar o processo, até porque as matérias ventiladas foram objeto de discussão. Ademais não houve nenhuma determinação superior do Conselho Nacional do Ministério Público e, por fim, reconhece que o Conselho Superior do MPPI é soberano para as suas questões e decisões. Presidente sugere que seja votado o processo para que depois seja apreciado o pleito do Dr. Francisco Raulino Neto com relação à suspensão do restante do julgamento. A relatora presta esclarecimentos aos Conselheiros. Esclarece que há um pedido preliminar do requerente, no entanto, essa matéria trazida é uma matéria de mérito, e o que ele postula é o indeferimento de uma inscrição. Considera pertinente fazer o relato, votar e os demais Conselheiros poderão adotar o posicionamento que entenderam pertinentes no que diz respeito à propositura dessas questões levantadas preliminarmente pelo requerente. No seu entendimento há um equívoco dentro desses requerimentos, vez que a questão de inscrição difere da questão de mérito, logo não há como indeferir inscrição, a questão deverá ser enfrentada no mérito, onde suscitará questão de ordem. Feitos os esclarecimentos, a relatora procede a leitura do relatório. Antes disso, registra que das atribuições do Conselho Superior do Ministério Público a que mais lhe fascina diz respeito a movimentação na carreira, pois quando ela ocorre a Instituição é oxigenada. A promoção de um colega faz com que sua autoestima seja aguçada, desempenhando seu mister perante outros jurisdicionados. E cabe somente ao Conselho Superior essa atribuição, daí a importância desse papel. Ao tempo que verifica essa importância, reconhece que não é uma missão fácil, sobretudo, tratando-se de promoção ao cargo de Procurador de Justiça. Irá relatar e julgar processo sobre o ápice da carreira. Reputa relevante destacar que os colegas que estão a postular, todos valorosos, estão galgando alcançar o final da carreira, porque é no cargo de Procurador que se exercita esse passo final na carreira que começou há bastante tempo e com bastante dedicação. A missão é difícil, mas tem certeza que todos os Conselheiros irão julgar esse processo com tranquilidade e na certeza de que Deus está confiando a todos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Volviendo à questão do relatório, procede ao relato. “Cuida-se na espécie de Edital de Inscrição nº 03/2018, disponibilizado e publicado, respectivamente, no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Piauí Ano II – nº 150, em 13 e 16 de abril de 2018, que, nos termos do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 12/93, declarou vago, o cargo de Procurador de Justiça titular da 6ª Procuradoria de Justiça, para o preenchimento pelo critério de promoção por merecimento. Na forma do Edital, em epígrafe, apresentaram requerimentos de inscrição à promoção por merecimento, os candidatos, a saber: I – GLADYS GOMES MARTINS DE SOUSA, Promotora de Justiça titular da 31ª Promotoria de Justiça de Teresina/PI, de entrância final. A postulante apresentou inscrição em 02/05/2018, consoante protocolo da PGJ nº 12254/2018 (fls.05). Instruiu o presente procedimento com certidão, às fls. 06, emitida pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí informando que a requerente não estaria respondendo a Processo Administrativo Disciplinar ou a Sindicância no âmbito do referido órgão ministerial e encontrar-se-ia em dias com os seus relatórios funcionais. Às fls. 07, juntou declaração informando “que não consta nenhum processo ou procedimento em atraso” com vistas à Promotora de Justiça. Às fls. 09/13, anexou relatórios de produtividade, bem como entrada e saída processual da 31ª Promotoria de Justiça de Teresina/PI no período de janeiro de 2017 a maio de 2018. Seguidamente, às fls. 14/24, colecionou certificados relativos às palestras, aos encontros, aos cursos, às oficinas e aos congressos frequentados nos anos de 2017 e 2018, inclusive os promovidos pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional–CEAF. Por fim, às fls. 25/31, instruiu seu pedido, respectivamente, com Portarias PGJ/PI nº 358/2016, nº 2021/2017, nº 1866/2017, nº 2430/2017, nº 3117/2017 e nº 80/2018, e, às fls. 31, com certidão da Corregedoria Geral do MPPI. II - FRANCISCO RAULINO NETO, Promotor de Justiça titular da 37ª Promotoria de Justiça de Teresina/PI, de entrância final. O postulante apresentou inscrição em 02/05/2018, consoante protocolo da PGJ nº 11957/2018 (fl. 32). Instruiu o presente procedimento com Certidão, à fl. 33, emitida pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí informando que o candidato não estaria respondendo a Processo Administrativo Disciplinar ou a Sindicância no âmbito do referido Órgão Ministerial e encontrar-se-ia em dias com os seus relatórios funcionais. À fls. 34, juntou Certidão emitida pela Secretaria Judicial da 6ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de Teresina/PI testificando que o Promotor de Justiça “possui regularidade de serviço”. Às fls. 35/41, anexou seu *Curriculum Vitae*, reunindo informações acerca de sua formação acadêmica e de suas Pós-Graduações, incluindo títulos de Especialista na área de Direito Constitucional pela Escola Superior da Advocacia do Estado do Piauí ESAPI/OAB-PI e de Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, fls. 42/52; de seus Títulos com o Magistério, fls. 53/72; de suas funções desempenhadas fora da Instituição Ministerial, fls. 73/80; de seus Títulos e de suas atribuições como Advogado, fls. 81/89, e como Promotor de Justiça, fls. 90/151; das Palestras ministradas e dos Cursos frequentados, fls. 152/236, bem como das

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

homenagens recebidas pelo postulante, fls. 237/241. III. HUGO DE SOUSA CARDOSO, Promotor de Justiça titular da 33ª Promotoria de Justiça de Teresina/PI, de entrância final, e atual Presidente da Associação Piauiense do Ministério Público. O postulante apresentou inscrição em 02/05/2018, consoante protocolo da PGJ nº 12205/2018 (fls. 274). Instruiu o presente procedimento com certidão, à fls. 277, emitida pelo Núcleo das Promotorias da Fazenda Pública de Teresina informando a inexistência de autos de qualquer natureza em poder do candidato. Às fls. 278, anexou certidão emitida pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí informando que o candidato não estaria respondendo a Processo Administrativo Disciplinar ou a Sindicância no âmbito do referido Órgão Ministerial e encontrar-se-ia em dias com os seus relatórios funcionais. À fls. 279, juntou declaração do exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Cleandro Alves de Moura, aduzindo que o requerente “exerceu as atividades do cargo de Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, junto à Assessoria Cível, com o devido zelo e ética, de 31 de julho de 2015 a 28 de fevereiro de 2018”. À fls. 282, anexou Declaração da Exma. Procuradora de Justiça Dra. Rosângela de Fátima Loureiro Mendes confirmando que o candidato “exerceu com zelo, presteza e ética, as funções do cargo em comissão de Assessor da Corregedoria Geral do Ministério Público do Piauí, no período de 03/08/2011 à 07/05/2015”. Ademais, à fls. 286, colecionou Declaração dos nobres Procuradores de Justiça Dr. Antônio Gonçalves Vieira e Dr. Fernando Melo Ferro Gomes confirmando que o conhecem há 28 (vinte e oito) anos e não têm conhecimento de nada que desabone a sua conduta pessoal e funcional, gozando de prestígio e respeito na classe ministerial. Às fls. 287/288, acostou Moção de Louvor pelos seus trabalhos como Promotor Corregedor junto à Corregedoria Geral do Ministério Público. Às fls. 289/293, juntou Certificados relativos aos Cursos e aos Congressos frequentados pelo postulante. Às fls. 294/307, anexou Relatório Conclusivo de Correição, emitido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e da Correição Ordinária realizada em agosto de 2016 pela Corregedoria Geral do MPPI na 33ª Promotoria de Justiça de Teresina/PI. Por fim, às fls. 308/318, instruiu seu pedido, respectivamente, com Portarias PGJ/PI nº 2636/2017, nº 113/2017, nº 080/2017, nº 807/2018, nº 1387/2011, nº 1172/2011, nº 1088/2011, nº 032/2010, nº 117/2010, nº 134/2016 e nº 2954/2015. IV. DÉBORA MARIA FREITAS SAID, Promotora de Justiça titular da 17ª Promotoria de Justiça de Teresina/PI, de entrância final. A postulante apresentou minucioso requerimento de inscrição em 02/05/2018, consoante protocolo da PGJ nº 12157/2018 (fls. 321/326). Ressalta-se que, no aludido pedido, a requerente destacou, notadamente, que “[...] quanto ao enquadramento no inciso IV do art. 133 da Lei Orgânica do Ministério Público, salienta que em virtude das promoções efetivadas na 1ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público, na data de 21 de março de 2018, para provimento de entrância final, passou a preencher o requisito legal, o qual é inafastável, em razão do retardamento da posse administrativa dos referidos promotores [...]” (sic). Seguidamente, a requerente instruiu o presente procedimento com certidão, às fls. 327,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

emitida pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí informando que não estaria respondendo a Processo Administrativo Disciplinar ou a Sindicância no âmbito do referido Órgão Ministerial e encontrar-se-ia em dias com os seus relatórios funcionais. Às fls. 328, juntou Certidão de Regularidade de Serviço emitida pela Secretaria do Juizado Especial Cível e Criminal de Teresina/PI testificando que a Promotora de Justiça “encontra-se em plena e regular atuação, em fiel observância de suas atribuições, cumprindo os prazos legais”. Às fls. 329, anexou Declaração informando que não há em seu poder qualquer feito administrativo ou judicial. Às fls. 330, colecionou seu Ato de Nomeação, datado de 08 de março de 1989, para exercer o cargo de Promotora de Justiça Adjunta. Às fls. 331/351, instruiu seu pedido com Atos e Portarias da Procuradoria Geral de Justiça. Às fls. 354, acostou Moção de Elogio pelos seus trabalhos como Secretária do Conselho Superior e Secretária-Geral do Ministério Público, no período de 16 de janeiro de 1997 a 06 de julho de 2015. Às fls. 356/377, juntou cópias de Peças Processuais subscritas pela candidata. Às fls. 378/379, colacionou comprovante de que integrou Lista Tríplice para o cargo de Procurador Geral de Justiça, formada por escolha dos membros do *Parquet* piauiense no dia 19/10/2002. Às fls. 380/407, reuniu Certificados relativos aos Cursos, às Palestras, às Oficinas e aos Congressos frequentados, bem como informações acerca de sua formação acadêmica e de suas Pós-Graduações, incluindo 04 (quatro) títulos de Especialista nas áreas de Direito Constitucional, de Direito Civil e Processo Civil, de Direito e Processo Penal e de Direito Processual Civil, bem como Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais pela “Universidad del Museo Social Argentino” – UMSA, de Buenos Aires. Às fls. 409/425, instruiu seu pedido, respectivamente, com Portarias PGJ/PI nº 3126/2017, nº 1626/2017, nº 006/2017, nº 807/2018, nº 1387/2011, nº 1172/2011, nº 1088/2011, nº 032/2010, nº 117/2010, nº 134/2016 e nº 2954/2015. Às fls. 450/451, anexou notícia vinculada ao site oficial do *Parquet* piauiense, bem como cópias do Diário Eletrônico do MPPI Ano II – nº 145, publicado em 09 de abril de 2018, confirmando as movimentações na carreira para a entrância final das Promotoras de Justiça: Maria Eugênia Gonçalves Bastos, Ana Isabel de Alencar Mota Dias, Gianni Vieira de Carvalho e Liana Maria Melo Lages. Em seguida, o presente procedimento foi instruído com informações prestadas pela Secretaria do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, tais como Relação dos Candidatos Inscritos, fls. 457, Quadro dos Quintos Sucessivos da Entrância Final, fls. 458, e Lista de Antiguidade dos Membros do Ministério Público atualizada em 31/12/2017, fls. 459. Além disso, às fls. 461/492, foram juntados, pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí, Relatórios Circunstanciados da Atuação dos Promotores de Justiça requerentes. Posteriormente, os autos foram distribuídos a esta Relatora signatária, para análise e voto, nos termos do Art. 15, inciso III, da Resolução CSMP/PI nº 03/2017 (Regimento Interno do CSMP/PI) 1. Não obstante, mediante Despacho de fls. 494/495, converteu-se o julgamento do feito em diligências, no sentido de que os autos retornassem à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, para o

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

cumprimento das seguintes providências: “a) Renumeração das folhas dos autos, com a inclusão da documentação complementar apresentada pelo requerente Promotor de Justiça Francisco Raulino Neto, na forma do art. Art. 20, inciso IV, da Resolução nº 03/2017 – CSMP/PI; b) Regularização do Termo de Remessa de fls. 220 verso, vez que o documento de fls. 220 (Quadro dos Quintos Sucessivos da Entrância Final), consta data de 11/05/2018 posterior ao assinalado no respectivo Termo; c) Fornecer a lista de antiguidade dos membros atualizada, vez que a lista anexada aos autos refere-se ao ano de 2017; d) Proceder a contagem dos quintos sucessivos da entrância final com base no quadro atualizado (alínea “c”, supra) e respectiva juntada aos autos. e) Por fim, que seja dado ciência à requerente Débora Maria Freitas Said, como parte interessada, para, querendo, se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o documento de fls. 220 dos autos”. Em atendimento a tais diligências, a Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público colecionou os seguintes documentos: a) Às fls. 496, Memorando nº 14/2018 à Corregedoria Geral do Ministério Público, através do qual encaminhou-se lista de quintos sucessivos de entrância final, com retificações; b) Às fls. 503/505, Lista de Antiguidade atualizada dos membros de Entrância Final do Ministério Público do Estado do Piauí; Ademais, realizou-se notificação da requerente Promotora de Justiça Débora Maria Freitas Said, que, através de procurador legalmente constituído, apresentou petição, de fls. 511/542, argumentando, em síntese, que: a) a promoção por antiguidade à entrância final, no âmbito do MPPI é Ato Composto, de competência do Conselho Superior do Ministério Público; b) na promoção por merecimento, a lista dos quintos mais antigos na carreira deve ser formada antes do início das votações para composição da lista tríplice; ao final, requereu que, fosse “declarada válida a lista dos QUINTOS SUCESSIVOS DA ENTRÂNCIA FINAL apresentada pela Secretária do CSMP (fls. 458/numeração atual), por ter a Requerente adquirido, desde o dia 9/4/2018, o direito subjetivo a compor a lista do quinto mais antigo [...], para declarar a candidata Débora Maria Freitas Said elegível ao cargo de Procurador de Justiça titular da 6ª Procuradoria de Justiça”. (sic) Às fls. 508, colecionou-se Ofício GAB. 37ª PJ Nº 050/2018 do postulante Francisco Raulino Neto solicitando o encaminhamento da relação com a ordem de antiguidade dos Promotores de Justiça, de entrância final, quando do instante em que permaneceram abertas as inscrições para o provimento do presente cargo. Às fls. 544, em atendimento à solicitação do postulante, anexou-se certidão da Secretaria do CSMP/PI, com a relação dos Promotores de Justiça ocupantes da primeira quinta parte do quadro de antiguidade atualizado até a data em que permaneceram abertas as inscrições para a 6ª Procuradoria de Justiça (dia 02 de maio de 2018). Às fls. 545/546, juntou-se Ofício nº 1005/2018 da CGMP/PI, retificando o Item II do Relatório Circunstanciado de Atuação do requerente Francisco Raulino Neto, de fls. 468/478, informando que o Promotor de Justiça respondeu a Processo Administrativo Disciplinar, nos últimos 04 (quatro) anos, instaurado pela Portaria CGMP-PI nº 138/2015, arquivado em 08 de julho de 2016 com a absolvição do Processado. Em seguida, os autos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

retornaram a esta Relatora para os devidos fins. É, no que interessa, o relatório. Feitas essas considerações, a relatora informa estar apta a passar ao voto. Presidente questiona se há alguma dúvida em relação ao relatório. Dr. Aristides Silva Pinheiro indaga se há algum cabimento de intervenção da Dr.^a Débora Maria Freitas Said e do Dr. Francisco Raulino Neto. A relatora procede a leitura do voto “I - DA ADMISSIBILIDADE DAS INSCRIÇÕES Preambularmente, cabe, de logo, consignar que os requerentes: Gladys Gomes Martins de Sousa, Francisco Raulino Neto, Hugo de Sousa Cardoso e Débora Maria Freitas Said, apresentaram seus pedidos de inscrição dentro do prazo editalício, isto é, de 10 (dez) dias, a contar do primeiro dia útil da publicação do Edital CSMP Nº 03/2018 no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Piauí Ano II - nº 150, em 16 de abril de 2018, devendo, portanto, serem conhecidos, vez que tempestivos, conforme se infere da Certidão de fls. 03 emitida pela Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, que testificou o termo das inscrições no dia 02 de maio de 2018. Registre-se ainda, que todos os pedidos foram devidamente instruídos com certidão de regularidade de serviço, expedida pela Secretaria da Vara/Comarca da(s) Promotoria(s) de Justiça na(s) qual(is) os requerentes atuam, ex vi do Art. 93, inciso II, alínea “e”, da Constituição Federal, além da documentação necessária à observância dos arts. 1º, 3º, 2º, 4º e 5º, parágrafo único, da Resolução CSMP/PI nº 01/2006, que rege o processo de remoção ou de promoção por merecimento no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí, e do Edital CSMP Nº 03/2018. Desse modo, voto pela homologação dos requerimentos de inscrição dos candidatos: GLADYS GOMES MARTINS DE SOUSA, FRANCISCO RAULINO NETO, HUGO DE SOUSA CARDOSO E DÉBORA MARIA FREITAS SAID. Constituição Federal. Art. 93, inciso II, alínea “e” - e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão. A relatora enfatiza que todos os Promotores postulantes demonstraram a regularidade processual, atendendo ao dispositivo, e, igualmente, comprovaram que estão em dia com seus relatórios. Essas providências devem ser adotadas pelos candidatos para que eles possam pleitear a inscrição. A relatora enfatiza que para os fins de homologação das inscrições, todos os colegas postulantes instruíram com a documentação pertinente para tal. Logo, cabe nesse momento do julgamento esse Colegiado manifestar-se e posicionar-se votando a respeito das homologações das inscrições. Como relatora, informa que todos os requerimentos estão instruídos com a documentação pertinente para o momento, logo vota pela homologação de todas as inscrições. Dr. Aristides Silva Pinheiro questiona à relatora se dentro desse contexto está se discutindo o tempo hábil para as inscrições. A relator informa que todos os requerimentos são tempestivos e, por sua vez, cada candidato instruiu o seu pedido. Percebeu, como relatora, que os requerimentos foram bastante sucintos, mas cada um trouxe aos autos o que a lei determina. A relatora enfatiza que todos anexaram a documentação necessária, de sorte que vota pela homologação dos pedidos de inscrição de todos os candidatos. Presidente coloca em

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

votação se há alguma divergência quanto a concessão da palavra ao interessado para fazer sustentação oral. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, concede a palavra ao interessado para fazer sustentação oral, pelo prazo de 15 minutos.** Concedida a palavra ao Dr. Francisco Raulino Neto esclarece o momento para se apreciar a lista de antiguidade. Diz o Dr. Hugo Nigro Mazzilli “o que significa estar no primeiro quinto da lista de antiguidade? A questão aparentemente simples tem causado controvérsias, a *mens legis* é impedir promoções, ainda por merecimento, de candidatos extremamente mal situados na classificação geral de antiguidade. Assim, torna-se a lista de antiguidade da carreira, na entrância ou categoria, examinando-se quantos cargos estão efetivamente providos no momento de encerramento da inscrição do candidato. Só os candidatos que neste momento estejam na primeira quinta parte deste rol concreto é que podem ser promovidos ou removidos, salvo se não houver candidato algum nesta situação”. Então, o momento de apreciar o quadro de antiguidade de quem compõe o quinto é o momento de encerramento das inscrições, em que é fornecida uma certidão pela Secretaria do Egrégio Conselho dizendo quem são os candidatos. Esclarece que existiam, aproximadamente, 16 candidatos, e a Secretaria numerou quem eram os candidatos que compunham o quinto. Destaca que a colega, Dr.^a Débora Maria Freitas Said compõe a 17^a posição. Segundo entendimento de Hugo Nigro Mazzilli e deste Conselho, a Dr.^a Débora Maria Freitas Said não se encontra no quinto constitucional. A relatora retoma a palavra e aduz que segundo o entendimento de Hugo Nigro Mazzilli é no momento da promoção que há de se considerar o quinto, vez que a carreira é dinâmica, o quadro é mutável, logo permanece com o seu posicionamento de homologação das inscrições e, se possível, gostaria de levantar questão de ordem. Presidente acompanha a relatora, uma vez preenchidos os requisitos para homologação dos requerimentos de inscrição formulados pelos interessados. Dr. Aristides Silva Pinheiro questiona se há manifestação nos autos do Procurador da Dr.^a Débora Maria Freitas Said e defende que seria interessante oportunizar sustentação oral a ele. Os demais Conselheiros votam pela homologação dos requerimentos de inscrição. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologa os requerimentos de inscrição, nos termos do voto da relatora.** Após a votação, a relatora suscita questão de ordem. II- DA QUESTÃO DE ORDEM - Na qualidade de Relatora, venho apresentar questão de ordem, relativa à composição do quadro dos quintos sucessivos, de entrância final, em especial, quanto à formação da primeira quinta parte da lista de antiguidade, requisito, este, essencial à promoção por merecimento, tendo em vista os quadros dos quintos apresentados pela Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, às fls. 458, 497 e 505; as informações apresentadas no requerimento de inscrição da Promotora de Justiça Débora Maria Freitas Said, de fls. 321/326; e posterior manifestação de fls. 511/542. Com efeito, nos termos do art. 133, inciso IV, da Lei Complementar nº 12/1993, *in verbis*: IV - a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o Promotor de Justiça a primeira quinta parte da lista de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação da lista tríplice; (grifo nosso) Para compreensão da presente matéria, cumpre esclarecer que a Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público forneceu, inicialmente, à Corregedoria-Geral do Ministério Público duas listas: uma com a relação dos candidatos inscritos (fls. 457) e outra com a relação dos Promotores integrantes do 1º quinto constitucional (fls. 458), a saber: Gladys Gomes Martins de Sousa, Francisco Raulino Neto, Hugo de Sousa Cardoso e Débora Maria Freitas Said. Posteriormente, esta última lista foi substituída pela lista de fls. 497, em que figurava fora do 1º quinto constitucional a candidata Débora Maria Freitas Said, como sendo integrante do 2º quinto, sob o argumento declinado às fls. 496, de que teria havido equívoco na sua composição, vez que “deveria ser considerada a lista do dia da data de publicação do Edital de Inscrição nº 03/2018 – CSMP/PI”, isto é, dia 16 de abril de 2018. Sucede que, por força da Resolução do CSMP nº 01/2006, no § 1º, do seu art. 2º, compete à Secretaria do CSMP/PI encaminhar à CGMP/PI, a relação dos inscritos à promoção, com os respectivos documentos apresentados. Vê-se, pois, que não há qualquer menção a respeito de encaminhamento de lista dos quintos sucessivos pela aludida Secretaria, nem mesmo a exigência de sua vinculação à data de publicação do Edital em questão. Registre-se que, na matéria, com a devida vênia, é defeso, a fixação de critérios que reflitam em situação não exigida pelo ordenamento jurídico vigente. Isso porque, a definição desses critérios é ato com forte componente vinculante, não comportando sua restrição sem o devido amparo legal, em consonância com os princípios da reserva legal e da impessoalidade. A despeito disso, cabe a este Egrégio Conselho, por força da Lei Complementar Estadual nº 12/1993, chamar para si a efetivação de suas atribuições, especialmente no que concerne ao processo de movimentação na carreira, vez que compete ao órgão promover, quer por antiguidade, quer por merecimento, os membros aos cargos vagos na Instituição, conforme precedente exposto a seguir: “Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologa os pedidos de inscrição apresentados pelos Promotores de Justiça Ricardo de Almeida Prado Filho, Maria Eugênia Gonçalves Bastos, Paulo Maurício Araújo Gusmão, Antônio César Gonçalves Barbosa e Carlos Rogério Beserra da Silva e, no mérito, promove, pelo critério de antiguidade, a Promotora de Justiça Maria Eugênia Gonçalves Bastos para o cargo de Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Picos, de entrância final, nos termos do voto do Relator. Julgado em 21.03.2018, na 1ª sessão extraordinária do CSMP-PI”. (grifo nosso) Infere-se, portanto, que a aplicação dos critérios para a promoção por merecimento de membros do MPPI, bem como a interpretação e a deliberação acerca dos dispositivos que os regulamentam, devem partir preferencialmente deste colendo Órgão Superior, sob pena de esvaziar suas atribuições legais. Pois bem. É sabido que a lista de integrantes do quinto constitucional deve ser elaborada antes do início da votação, uma vez que o quadro de membros é dinâmico e sujeito a alterações, sob pena de causar prejuízo aos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

interessados/concorrentes. Por esse ângulo, ressalto os ensinamentos de Émerson Garcia, doutrinador e membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de que não há carreira estática, ao menos no plano idealístico formal, e muito menos carreira sem escalonamento orgânico funcional, visto que suas principais características são justamente a mobilidade e a verticalidade (Garcia, Emerson. Órgãos do Ministério Público e oferecimento à remoção ou à promoção. Há uma ordem necessária?). Dessa forma o doutrinador enfatiza que a carreira não é estática, pelo contrário, a carreira é dinâmica. Ademais, verifica-se que, no Edital de Inscrição nº 03/2018 – CSMP, exposto a seguir (fls. 02), não há qualquer exigência a respeito do candidato integrar, desde sua publicação, a primeira quinta parte da lista de antiguidade. A relatora transcreve o Edital e vai no ponto “os membros do Ministério Público interessados deverão protocolar seus requerimentos, para cada edital publicado, no Protocolo Geral do Ministério Público, instruídos com certidão de regularidade de serviço, expedido pela Secretaria da Vara das Comarcas das Promotorias de Justiça nas quais o Promotor de Justiça atua, conforme art. 93, III, alínea “e” da Constituição Federal, além de documentação necessária à observância dos arts. 1º, 2º, 5º, parágrafo único, da Resolução nº 001/2006, do Conselho Superior do Ministério Público, sob pena de indeferimento. Não diz, portanto, que neste momento o colega deverá ou não integrar o quinto. Desse modo, é forçoso reconhecer que a informação prestada pela Secretaria do CSMP/PI (fl. 496), que exclui a requerente Débora Maria Freitas Said do 1º quinto constitucional, deve ser desconsiderada, vez que, como já dito, “o referido quadro deve ser atualizado no dia da promoção, pois é essa a lista que corresponde à realidade da instituição ministerial”. Saliente-se que, o Conselho Nacional do Ministério Público, em julgamento do PCA nº 0.00.000.001767/2010-36, tratando de situação muito similar, assim se posicionou, *in verbis*: “A primeira quinta parte da lista de antiguidade deve ser composta a partir da lista de membros ocupantes dos cargos de Procurador Regional do Trabalho, atualizada no dia da promoção, pois é essa a lista que corresponde à realidade da instituição”. Logo, para o caso dos autos, há de ser considerada a lista atualizada dos membros, de entrância final, que contempla um total de 83 (oitenta e três) membros e que servirá de parâmetro para aferição do enquadramento dos requerentes na primeira quinta parte dos quintos sucessivos. É oportuno ressaltar, que a atual configuração do quadro dos quintos sucessivos, de entrância final, remonta às movimentações na carreira das Promotoras de Justiça: Maria Eugênia Gonçalves Bastos, Ana Isabel de Alencar Mota Dias, Gianni Vieira de Carvalho e Liana Maria Melo Lages, promovidas, à entrância final, na 1ª Sessão Extraordinária do CSMP/PI realizada em 21.03.2018, conforme Diário Eletrônico do MPPI Ano II – nº 145 publicado em 09.04.2018, em que pese tenham sido empossadas no dia 04.05.2018. À vista disso, cabe acentuar, que, desde as supramencionadas promoções, no dia 09.04.2018, tanto a requerente Débora Maria Freitas Said, que ocupa a 17ª posição, como os demais candidatos, possuem direito subjetivo de integrar a lista do 1º quinto constitucional. Isso porque, no âmbito

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

do Ministério Público do Estado do Piauí, as promoções têm natureza de ato composto e seu aperfeiçoamento se dá com a manifestação da vontade soberana deste Egrégio Colegiado, a quem compete prover os cargos vagos na Instituição, e, não se confunde com o ato singular do Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, ato este acessório e de mera formalização da promoção já efetivada. Em reforço a esse entendimento, eis os ensinamentos do doutrinador Matheus Carvalho, em seu Manual de Direito Administrativo: “Neste caso, os atos são compostos por uma vontade principal (ato principal) e uma vontade que ratifica esta (ato acessório). Composto de dois atos, geralmente decorrente do mesmo órgão público, em patamar de desigualdade, devendo o segundo ato seguir a sorte do primeiro”. Assim sendo, apresento questão de ordem, para, ouvidos os ilustres Conselheiros, seja considerado válido o quadro atualizado dos quintos sucessivos da entrância final (fls. 505), para fins de aferição do enquadramento dos candidatos: Gladys Gomes Martins de Sousa, Francisco Raulino Neto, Hugo de Sousa Cardoso e Débora Maria Freitas Said, como integrantes da primeira quinta parte da lista de antiguidade e, portanto, elegíveis à formação de lista tríplice, nos termos do inciso IV do art. 133 da Lei Orgânica do Ministério Público c/c Art. 133, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 12/1993. Dr. Alípio de Santana Ribeiro considera a questão de ordem prejudicada, vez que se foram deferidas as inscrições, significa que a Promotora de Justiça se encontra no quinto. A relatora presta esclarecimentos e nega tal entendimento. Afirma que suscita essa questão de ordem por ter havido, por parte da Secretaria do Conselho Superior, o encaminhamento de uma listagem à Corregedoria-Geral, o que não é de sua atribuição, por não haver expressa previsão legal. Além do mais, o edital não diz que naquela data não há vinculação. A Secretaria do CSMP argumentou que estava substituindo uma lista de quintos sucessivos porque teria de estar vinculada ao edital, porém não há previsão disso. O que se sabe é que a carreira é dinâmica. Presidente afirma que deverá ser posta em votação a questão da preliminar da composição do quinto constitucional, se a Dr.^a Débora Said deve ou não integrar o quinto constitucional e, em sendo acatada essa posição do quinto constitucional com a participação da Promotora de Justiça, colocará em votação também a questão aduzida pelo Dr. Francisco Raulino Neto que diz respeito à suspensão do julgamento de mérito que é o provimento da 6^a Procuradoria de Justiça até que se delibere o Conselho Nacional do Ministério Público a questão que está sendo discutida no PCA. Logo, são duas questões distintas. Feitas essas considerações, o Presidente questiona se os Conselheiros estão aptos a votar as preliminares. Dr. Aristides Silva Pinheiro insiste na concessão da palavra ao advogado da Dr.^a Débora Maria Freitas Said, vez que se encontra legalmente estabelecido. O Presidente indaga se o advogado deseja fazer uso da palavra. Ele se manifesta pela desnecessidade. A relatora, portanto, vota pela questão de ordem no que diz respeito à preliminar para inclusão da Dr.^a Débora Maria Freitas Said no quinto constitucional uma vez que não há questão impeditiva para que venha a integrar a dinamicidade da movimentação na carreira e que esse quinto deve ser

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

avaliado às vésperas ou no momento da deliberação da promoção por este Colegiado. Presidente coloca em votação e afirma que embora haja certidão da Secretaria no momento do encerramento das inscrições que se referia à composição do quinto, analisando a nossa lei e Resolução nº 01/2006, que trata da remoção e promoção por merecimento no âmbito do Ministério Público e que ainda se encontra vigente, a Resolução realmente não prevê o momento de avaliação do quinto. Verificou, ainda, que encontra-se na iminência a aprovação da nova Resolução que trata da movimentação na carreira, remoção e promoção por antiguidade e merecimento, que é bem mais ampla que a Resolução nº 01/2006, que em seu art. 8º diz “para efeito de promoção ou remoção será considerada a posição de cada membro na lista de antiguidade em vigor à data da publicação do edital”. Então, na Resolução que se encontra vigente não há vinculação qualquer ao edital. Na que será aprovada, após manifestação da Corregedoria-Geral, aí sim há delimitação de tempo com relação ao momento de verificação do quinto constitucional. Então, também não vê nenhum prejuízo aos interessados com relação à formação desse quinto e com relação à composição da lista tríplice para escolha do novo Procurador de Justiça. Acompanha a relatora no que diz respeito à formação do quinto constitucional incluindo, inclusive, a Dr.ª Débora Maria Freitas Said. O Corregedor-Geral também acompanha integralmente a relatora na questão de ordem, assim como o Conselheiro, Dr. Alípio de Santana Ribeiro. Dr. Luís Francisco Ribeiro afirma que a questão de ordem suscitada pela relatora foi oportuna, bem fundamentada, alicerçada na lei e, inclusive, a exemplo do que fez o Dr. Francisco Raulino Neto, que defende tese oposta, ela trouxe o magistério do Dr. Emerson Garcia, membro do Ministério Público muito bem conceituado no país e estudioso da matéria. Reconhece que foi um voto metucioso, muito bem estudado e aprofundado. Portanto, entende também que não há razão nenhuma para a exclusão da Dr.ª Débora Maria Freitas Said, que deverá continuar figurando como candidata ao cargo de Procuradora de Justiça. Acompanha, portanto, a questão de ordem levantada pela relatora. A Conselheira, Dr.ª Clotildes Costa Carvalho, afirma que a lei e a resolução são omissas quanto a exigência de compor o ato da inscrição a lista da quinta parte mais antiga da carreira. Considerando também que a Secretaria do Conselho Superior quando enviou a lista à Corregedoria-Geral apenas tinha o dever de fazer a relação dos inscritos e a documentação apresentada. Não tinha que fazer menção à lista de antiguidade do quinto porque não é seu papel. Considerando esses dois pontos, que o edital não exige o tempo de formação da lista, vota seguindo o entendimento da relatora, considerando que a Dr.ª Débora Maria Freitas Said realmente faz parte da lista da quinta parte mais antiga na carreira. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, acolheu a questão de ordem apresentado pela relatora, acatando a composição do quinto constitucional com a inclusão da Dr.ª Débora Maria Freitas Said.** O Presidente coloca em votação o requerimento do Dr. Francisco Raulino Neto, no caso de aprovação dessa preliminar de integração do quinto constitucional pela Dr.ª Débora Maria Freitas Said, de que seja

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

suspensão o julgamento de mérito dessa promoção para provimento da 6ª Procuradoria de Justiça até que seja julgado o PCA de nº 1.00533/2018-37. Dr.ª Clotildes Costa Carvalho questiona acerca do fundamento legal do requerimento do Dr. Francisco Raulino Neto. Presidente informa que foi o art. 61, IV da Lei nº 8.625/93 e art. 133, IV da Lei Complementar Estadual nº 12/93. Dr. Francisco Raulino Neto entende que a Dr.ª Débora Maria Freitas Said não deve integrar o quinto constitucional. Diante do entendimento do Colegiado pela inclusão da Promotora de Justiça no quinto constitucional, pede a suspensão do julgamento de mérito, no que diz respeito ao provimento da 6ª Procuradoria de Justiça. A relatora afirma que lendo o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no § 1º do art. 126 “o relator poderá determinar liminarmente a suspensão da resolução do ato impugnado”. Logo, não há nada do Conselho Nacional do Ministério Público determinando a paralisação desse procedimento. O Presidente entende que tal questão está superada. O Corregedor-Geral entende que se não há nenhuma decisão liminar por parte do CNMP, há soberania do Conselho Superior para decidir a questão. Presidente coloca em votação. A relatora afirma ter tomado conhecimento do PCA movido pelo Dr. Francisco Raulino Neto. Informa que não veio aos autos, em momento algum, de que tenha havido por parte do Conselho Nacional, na pessoa do relator desse PCA, qualquer determinação para este Colegiado, no sentido de suspender a execução, ou seja, a tramitação do processo em tela. Diante disso, seu posicionamento é no sentido do não acolhimento do requerimento postulado pelo candidato e se considera apta a votar quanto o mérito da questão. O Presidente acompanha a relatora no que diz respeito à não suspensão da sessão, até porque não houve liminar suspendendo este julgamento, embora protocolado há alguns dias o PCA. O Corregedor-Geral vota pela continuidade plena da sessão. Dr. Alípio de Santana Ribeiro acompanha a relatora no sentido de continuar a votação, não aceitando o pedido de suspensão. O Conselheiro, Dr. Luís Francisco Ribeiro também vota pela continuidade da sessão, tendo em vista a ausência de pronunciamento do Conselho Nacional do Ministério Público, nem em caráter liminar. A Conselheira, Dr.ª Clotildes Costa Carvalho, por não verificar nenhum fundamento jurídico, entende que a sessão deve ter o seu prosseguimento normal. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, rejeitou requerimento formulado pelo requerente, Dr. Francisco Raulino Neto, no que diz respeito à suspensão do julgamento, nos termos do voto da relatora.** O Presidente transfere a palavra à relatora para adentrar ao mérito. III – DO MÉRITO: Superada essa questão de ordem, passa à análise da meritocracia para formação da lista tríplice. Como relatado, trata-se de processo de movimentação na carreira, mais precisamente de provimento da 6ª Procuradoria de Justiça, pelo critério de merecimento, que se acha vaga, nos moldes do Edital nº 03/2018 - CSMP/PI. É oportuno registrar, que a 6ª Procuradoria de Justiça tem suas atribuições definidas pela Resolução CPJ/PI Nº 01, de 15 de janeiro de 2018, e integra o Núcleo Criminal de Procuradorias de Justiça, com atuação nos processos de competência das Câmaras Especializadas

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Criminais, Câmaras Reunidas Criminais e Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, ressalvados os casos de atribuição privativa do Procurador-Geral de Justiça. Ressalte-se que, por força do art. 61, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), as promoções voluntárias para o cargo de Procurador de Justiça ocorrerão da entrância ou categoria mais elevada, alternadamente, pelos critérios de antiguidade e de merecimento. De fato, nas movimentações na carreira, o referido princípio busca conjuntamente, a valorização da longevidade profissional dos membros, bem como o enaltecimento da operosidade, da qualidade do serviço prestado e da importância do trabalho executado no âmbito de suas atribuições. Em conformidade com os ensinamentos de Leonardo Barreto Moreira Alves e Marcelo Zenkner, membros, respectivamente, do Ministério Público de Minas Gerais e de Espírito Santo, “a remoção e a promoção na carreira somente serão possíveis caso haja prévia manifestação por parte do membro do Ministério Público interessado, salvo na hipótese de remoção compulsória, por motivo de interesse público” (ALVES, Leonardo Barreto Moreira. (ZENKNER, Marcelo. Ministério Público. Lei 8.625/1993. 3. ed. Rev., ampl. E atual. Salvador:Jus Podivm, 2013. p. 224). No caso que ora se examina, manifestaram interesse à promoção por merecimento os candidatos, pela ordem de inscrição: Gladys Gomes Martins de Sousa, Francisco Raulino Neto, Hugo de Sousa Cardoso e Débora Maria Freitas Said. Destaca-se que, em respeito ao § 4º, do Art. 129 da CF/88, aplica-se ao Ministério Público, no que couber, as disposições quanto as movimentações na carreira dos magistrados. Nesse sentido, qualquer ensaio acerca da definição do critério de merecimento terá origem na Constituição Federal, posto que se trata de um conceito normativo constitucional, nos termos do Art. 93, inciso II, alínea “c”, CF/88, *in verbis*: “Art. 93 [...] Inciso II [...] alínea 'c' - aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento”. Em vista disso, sua aferição observará a atuação do agente ministerial na carreira como um todo e dar-se-á conforme os critérios ali estabelecidos tais como conduta, operosidade e dedicação no serviço, presteza e segurança nas suas manifestações processuais, bem como frequência e aproveitamento em cursos oficiais, ou reconhecidos, de aperfeiçoamento. Parâmetros trazidos pela Emenda Constitucional nº 45/2004 e regulamentados, no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí, pela Resolução nº 01/2006 deste Egrégio Conselho Superior. É de se lembrar que, as normas regulamentadoras da promoção por merecimento devem ser interpretadas de modo a assegurar a mais ampla concorrência, privilegiando-se aqueles que se destacam pela qualidade de seu trabalho e dedicação à missão institucional. Com efeito, cumpre ainda ressaltar que o Art. 61, inciso IV da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público c/c Art. 133, inciso IV da Lei Complementar Estadual nº 12/199312 determinam, que a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância ou categoria e integrar o Promotor de Justiça a primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação de lista tríplice. Em obediência a tais dispositivos e, uma vez acolhida questão de ordem por este colendo Órgão Superior, conclui-se que todos os candidatos atendem ao critério legal dos dois anos na respectiva entrância e integram a primeira quinta parte da lista de antiguidade. Por certo, a Resolução CSMP-PI nº 01/2006, em seu artigo 1º, estabelece os critérios para a avaliação do mérito funcional, por ocasião dos processos de remoção e promoção por merecimento no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí, nos termos do art. 82, da Lei Complementar Estadual nº 12/93. Sendo assim, em confronto com os critérios estabelecidos nos supramencionados dispositivos, cuidar-se-á de analisar pormenorizadamente os requerimentos de inscrições de cada candidato, os documentos complementares por estes anexados, bem como as informações repassadas pela Secretaria do CSMP-PI e pela Corregedoria Geral do MP-PI, tais como Lista de Antiguidade atualizada dos Membros do Ministério Público, fls. 503/504, Quadro dos Quintos Sucessivos da Entrância Final, fls. 505, e Relatórios Circunstanciados da Atuação dos Promotores de Justiça requerentes, fls. 461/492. Vejamos: I. A requerente GLADYS GOMES MARTINS DE SOUSA é titular da 31ª Promotoria de Justiça de Teresina/PI, figura na 12ª posição da ordem de antiguidade das Promotorias de Justiça finais e integra o 1º quinto constitucional, com dezenove anos, nove meses e treze dias na entrância, e vinte e nove anos, dois meses e treze dias na carreira, conforme lista de antiguidade atualizada; não há informação acerca de sua participação em lista de promoções ou remoções por merecimento, para fins do Art. 93, inciso II, alínea “a” da CF/8813; possui conduta pessoal e funcional ilibadas; não respondeu Processo Administrativo Disciplinar nos últimos 04 (quatro) anos no âmbito da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí; possui presteza, segurança, pontualidade e produtividade no desempenho das funções de seu cargo; comprovou aprimoramento de cultura jurídica; participações em cursos oficiais e reconhecidos de aperfeiçoamento realizados pelo CEAF/MP-PI; participações em atividades promovidas pela Procuradoria Geral de Justiça e pelos órgãos auxiliares do Ministério Público do Estado do Piauí; relacionou, ainda, os cursos, seminários, eventos, encontros, palestras que participou. Ao longo da carreira, demonstrou disposição em colaborar com a Administração Superior e com a Corregedoria Geral, apresentando regularmente Relatórios de suas Atividades Funcionais e de Plantão, com a comunicação de pauta de audiências e informação acerca do endereço onde pode ser encontrada no período; reside na Comarca; registra-se, que a candidata acumulou nos últimos 06 (seis) meses a 32ª Promotoria de Justiça de Teresina e ainda exerceu o cargo de Coordenadora do Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania e do Meio Ambiente; demonstrando, assim, perfil para o desempenho do cargo de Procuradora de Justiça. II. O requerente FRANCISCO RAULINO NETO é titular da 37ª Promotoria de Justiça de Teresina/PI, figura na 7ª posição da ordem de antiguidade das Promotorias de Justiça finais e integra o 1º quinto

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

constitucional, com vinte anos, nove meses e dezoito dias na entrância, e trinta e um anos e um dia na carreira; não há informação acerca de sua participação em lista de promoções ou remoções por merecimento, para fins do art. 93, inciso II, alínea “a” da CF/88; segundo as informações prestadas pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí, o candidato não possui registro de desabono em sua vida pública e particular; nos últimos 04 (quatro) anos, respondeu, no âmbito da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí, a Processo Administrativo Disciplinar nº 12/2015, instaurado pela Portaria CGMP-PI nº 138/2015 e arquivado em 08 de julho de 2016, após decisão de absolvição do Processado; o requerente foi correccionado no dia 20 de maio de 2016, na 37ª Promotoria de Justiça de Teresina, pela qual recebeu conceito “bom”; recebeu uma inspeção extracalendário no dia 22 de fevereiro de 2018, no entanto, o Relatório de Inspeção ainda está sendo confeccionado pela CGMPPI; possui presteza, segurança, pontualidade e produtividade no desempenho das funções de seu cargo; comprovou aprimoramento de cultura jurídica; participações em cursos oficiais e reconhecidos de aperfeiçoamento; possui título de Especialista na área de Direito Constitucional pela Escola Superior da Advocacia do Estado do Piauí ESAPI/OAB-PI e de Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; possui ainda publicações de trabalhos relacionados à atividade funcional, a exemplo de artigo em Revista Científica e publicação de trabalho em Anais; recebeu prêmios relacionados com a atividade funcional, inclusive com Diploma de Reconhecimento da ESAPI e Menção de Agradecimento da Escola Judiciária do Piauí – EJUD e do Poder Judiciário; participou de atividades promovidas pela Procuradoria-Geral de Justiça e pelos órgãos auxiliares do Ministério Público do Estado do Piauí; relacionou, ainda, os cursos, seminários, eventos, encontros, palestras que participou; apresentou regularmente à Corregedoria Geral Relatórios de suas Atividades Funcionais e de Plantão; comunica ao Corregedor-Geral a pauta de audiências e informa o endereço onde pode ser encontrado no período; reside na comarca; acumulou nos últimos 06 (seis) meses a 2ª Promotoria de Justiça de Piripiri/PI e a 18ª Promotoria de Justiça de Teresina; exerceu o cargo de Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí (1994 – 1995); demonstrando, igualmente, condições do exercício do cargo pleiteado. III. O requerente HUGO DE SOUSA CARDOSO é titular da 33ª Promotoria de Justiça de Teresina/PI, figura na 14ª posição da ordem de antiguidade das Promotorias de Justiça finais e integra o 1º quinto constitucional, com dezessete anos, seis meses e dois dias na entrância, e vinte e nove anos, seis meses e vinte e um dias na carreira; não há informação acerca de sua participação em lista de promoções ou remoções por merecimento, para fins do art. 93, inciso II, alínea “a” da CF/88; o requerente possui conduta pessoal e funcional ilibadas, com ótimo desempenho funcional, comprovado na inspeção realizada na 33ª Promotoria de Justiça de Teresina, em 29 de junho de 2016, pela qual recebeu conceito “ótimo”; não respondeu Processo Administrativo Disciplinar nos últimos 04 (quatro) anos no âmbito da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí; possui presteza,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

segurança, pontualidade e produtividade no desempenho das funções de seu cargo; comprovou aprimoramento de cultura jurídica; participações em cursos oficiais e reconhecidos de aperfeiçoamento; recebeu prêmios relacionado com a atividade funcional, incluindo Moção de Louvor pela organização da 93ª Reunião do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público/CNCGMP, juntamente com toda a equipe da Corregedoria Geral, bem como Moção de Elogios, em razão do seu trabalho junto à Corregedoria Geral do Ministério Público do Piauí; participou de atividades promovidas pela Procuradoria-Geral de Justiça e pelos órgãos auxiliares do Ministério Público do Estado do Piauí; relacionou, ainda, os cursos, seminários, encontros, congressos que participou; apresentou regularmente à Corregedoria Geral Relatórios de suas Atividades Funcionais; comunica ao Corregedor-Geral a pauta de audiências e informa o endereço onde pode ser encontrado no período; reside na Comarca; acumulou nos últimos 06 (seis) meses a 44ª Promotoria de Justiça Teresina; exerceu os cargos de Promotor-Corregedor Auxiliar na CGMP-PI e de Assessor do PGJ junto à Assessoria Especial Cível; participou de diversas comissões no âmbito administrativo, com destaque a Comissão de Concurso para realização do Concurso Público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Piauí, conforme Portaria PGJ/PI nº 1172/2011; Junta Recursal do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado do Piauí, conforme Portaria PGJ/PI nº 032/2010; Junta Recursal do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público, instância recursal do PROCON, conforme Portaria PGJ/PI nº 117/2010; Conselho Deliberativo do Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado do Piauí, conforme Portaria PGJ/PI nº 134/2016; e, atualmente, encontra-se afastado de suas funções em razão do desempenho de mandato de Presidente da Associação Piauiense do Ministério Público – APMP, conforme Portaria PGJ nº 974/2018. Observa-se, pois, que o postulante reúne plenas condições para o exercício do cargo pleiteado. IV. A requerente DÉBORA MARIA FREITAS SAID é titular da 17ª Promotoria de Justiça de Teresina/PI, figura na 17ª posição da ordem de antiguidade das Promotorias de Justiça finais e integra o 1º quinto constitucional, com quinze anos, oito meses e treze dias na entrância, e vinte e nove anos, dois meses e treze dias na carreira; a requerente possui conduta pessoal e funcional ilibadas; participou de atividades de integração com a comunidade e de iniciativas que redundaram em reais benefícios para a sociedade que atua; não respondeu Processo Administrativo Disciplinar nos últimos 04 (quatro) anos no âmbito da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí; possui presteza, segurança, pontualidade e produtividade no desempenho das funções de seu cargo; comprovou aprimoramento de cultura jurídica; participações em cursos oficiais e reconhecidos de aperfeiçoamento, incluindo 04 (quatro) títulos de Especialista nas áreas de Direito Constitucional, de Direito Civil e Processo Civil, de Direito e Processo Penal e de Direito Processual Civil, bem como de Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino – UMSA, de Buenos Aires; recebeu Moção de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Elogios pelos seus trabalhos como Secretária do Conselho Superior e Secretária-Geral do Ministério Público, no período de 16 de janeiro de 1997 a 06 de julho de 2015; participou de atividades promovidas pela Procuradoria-Geral de Justiça e pelos órgãos auxiliares do Ministério Público do Estado do Piauí; relacionou, ainda, os cursos, seminários, eventos, encontros, palestras que participou, inclusive promovidos pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF; juntou cópias de Peças Processuais; apresentou regularmente à Corregedoria Geral Relatórios de suas Atividades Funcionais e de Plantão; comunica ao Corregedor-Geral a pauta de audiências e informa o endereço onde pode ser encontrada no período; reside na comarca; exerceu os cargos de Secretária Geral do Ministério Público durante 18 (dezoito) anos e de Assessora Pedagógica e Administrativa junto ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF; provou, portanto, que se encontra apta para o desempenho do cargo pleiteado e perfil para o exercício da missão ministerial. Como se vê, à luz dos dados objetivos e subjetivos a respeito de cada um dos candidatos inscritos, sobretudo a conduta de cada um deles na sua vida pública e particular, o conceito que gozam na Comarca de Teresina, a pontualidade, a produtividade, o zelo no cumprimento dos deveres funcionais, é que deverá recair, em primeira votação, a indicação dos candidatos à formação da lista tríplice e, em segunda votação, o nome dentre os integrantes da lista tríplice, do candidato indicado à promoção. Conclui-se, dessa avaliação meritória que todos os candidatos são elegíveis e estão aptos, em tese, a desempenhar a relevante e nobre função de Procurador de Justiça, que se constitui o ápice da carreira ministerial, isso após longos anos de exercício e dedicação ao *Parquet* piauiense. Em vista do exposto, em primeira votação para composição da lista tríplice para Promoção por merecimento para a 6ª Procuradoria de Justiça, indico os candidatos, pela ordem de inscrições, GLADYS GOMES MARTINS DE SOUSA, HUGO DE SOUSA CARDOSO e DÉBORA MARIA FREITAS SAID, procedendo-se em sequência a colheita dos votos dos demais Conselheiros. Por fim, em segunda votação, VOTO no requerente Promotor de Justiça HUGO DE SOUSA CARDOSO, para preencher o cargo vago da 6ª Procuradoria de Justiça, por PROMOÇÃO, pelo critério de merecimento, com fundamento na Resolução CSMP-PI nº 01/2006 c/c o Art. 61, inciso IV da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público c/c o Art. 133, inciso IV da Lei Complementar Estadual nº 12/1993. Presidente indaga se alguém deseja algum esclarecimento, não havendo, passa à votação. O Presidente inicia a votação elogiando os quatro candidatos inscritos, que além de valorosos amigos, possui carinho e respeito, tanto pessoal quanto profissional, e buscará ser imparcial e dar cumprimento à Resolução aprovada pelo Conselho Superior do Ministério Público. Destaca que a Resolução trata da promoção por merecimento questões subjetivas pontuadas, de forma a tornar cada vez mais rígida a questão da promoção por merecimento. Destaca que houve a participação da Corregedoria-Geral do Ministério Público. A Resolução foi apresentada, por Promotores assessores da Corregedoria no Conselho Nacional do Ministério Público, na Corregedoria Nacional e logrou grande

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

manifestação e destaque a nível nacional. Dessa forma, o Presidente afirma não poder se furtar a aplicar os preceitos insculpidos nessa Resolução, por isso indicará os três nomes para composição da lista tríplice, sem levar a consideração as pessoas, mas os critérios mais objetivos possíveis para a apreciação dessa subjetividade na promoção por merecimento. Sendo assim, pelos documentos apresentados e comprovação do currículo de cada um, além do comprometimento com a instituição, indicará os candidatos Hugo de Sousa Cardoso, Francisco Raulino Neto e Débora Maria Freitas Said. O Corregedor-Geral também indica os candidatos Hugo de Sousa Cardoso, Francisco Raulino Neto e Débora Maria Freitas Said para compor a lista tríplice. O Conselheiro Alípio de Santana Ribeiro indica o Dr. Hugo de Sousa Cardoso, Dr.^a Gladys Gomes Martins de Sousa e Dr. Francisco Raulino Neto. O Conselheiro Luís Francisco Ribeiro também indica o Dr. Hugo de Sousa Cardoso, Dr.^a Gladys Gomes Martins de Sousa e Dr. Francisco Raulino Neto. Por fim, a Conselheira Clotildes Costa Carvalho indica o Dr. Hugo de Sousa Cardoso, Dr.^a Débora Maria Freitas Said e Dr.^a Gladys Gomes Martins de Sousa. Presidente proclama o resultado da lista tríplice: Dr. Hugo de Sousa Cardoso (1º lugar – 6 votos); e empate da Dr.^a Gladys Gomes Martins de Sousa, Dr. Francisco Raulino Neto e Dr.^a Débora Maria Freitas Said com 4 votos. Conforme previsão legal o desempate se dará por antiguidade, assim proclama que a lista tríplice será composta pelo Dr. Hugo Cardoso, Dr. Raulino Neto e Dr. Gladys Martins. O Presidente passa à votação da indicação dentro da lista tríplice, que será aquele a ser promovido pelo critério de merecimento para a 6ª Procuradoria de Justiça. A relatora vota no Dr. Hugo de Sousa Cardoso; o Presidente também indica o Dr. Hugo de Sousa Cardoso para o cargo de Procurador de Justiça destacando o trabalho exercido por ele junto à Assessoria Especial Cível, Corregedoria-Geral de Justiça, junto à sua Promotoria de Justiça, ressaltando que junto à Assessoria Especial ele nunca se ausentou, ou deixou de responder pela sua Promotoria de Justiça. Ademais, destaca que por duas ocasiões integrou a lista tríplice para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, além de ter sido aclamado como candidato único à Presidência da associação de classe. Então buscando corresponder, inclusive, o anseio da classe que o aclamou para a presidência da Associação, indica o Dr. Hugo de Sousa Cardoso para a 6ª Procuradoria de Justiça; o Corregedor-Geral tece elogios aos candidatos e concorda com a relatora e o Presidente indicando o Dr. Hugo de Sousa Cardoso; Dr. Alípio de Santana Ribeiro também indica Dr. Hugo de Sousa Cardoso considerando tantos serviços prestados e sem repreensão; Dr. Luís Francisco Ribeiro também escolho para ocupar o cargo de Procurador de Justiça o Dr. Hugo de Sousa Cardoso; Dr.^a Clotildes Costa Carvalho também vota no Dr. Hugo de Sousa Cardoso por entender que tem uma conduta ilibada, por ser independente, por se dedicar ao Ministério Público de forma correta, sempre pautado pelos princípios da moral, dos bons costumes. Entende que ele somará junto ao Colegiado por ser um homem iluminado. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, promove pelo critério de merecimento o Promotor de Justiça Hugo de Sousa Cardoso para o cargo de Procurador de Justiça**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

titular da 6ª Procuradoria de Justiça. Registra-se que para efeito de formação da lista remanescente, figuraram os Promotores de Justiça, Dr. Francisco Raulino Neto e Dr.ª Gladys Gomes Martins de Sousa.

O Corregedor-Geral solicita que se ausente da presente sessão.

Presidente parabeniza o Dr. Francisco Raulino Neto por integrar a lista tríplice, o único candidato que acompanhou do início ao fim a sessão. Parabeniza também os demais que vieram a compor a lista tríplice e os que participaram do certame, ressaltando a dificuldade da escolha.

Egrégio Conselho Superior decidiu pela conclusão dos processos pautados pela Dra. Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando e em face do adiantado da hora determinou a retirada de pauta dos demais processos pautados.

2.1.2 Procedimento de Gestão Administrativa nº 14612/2018 (GEDOC nº 000053-226/2018). Origem: Procuradoria Geral de Justiça. Assunto: licença para tratamento de saúde. Interessada: Áurea Emília Bezerra Madruga. **Relatora: Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** Apurar o pleito de licença médica, após submissão à perícia médica, para prorrogação do pedido de licença por 30 (trinta) dias. Dra. Clotildes suscitou perda do objeto do pedido. Dra. Raquel destacou ser importante expedir uma Recomendação ao Coordenador das Perícias e a servidora do RH que viabilize andamento ágil aos pleitos de licença. Dr. Cleandro destacou que seria necessário que o órgão encaminhasse o laudo em tempo hábil de apreciação. A Relatora converteu o feito em diligência, para retorno dos autos à Secretaria, com o escopo de que sejam anexados ao presente procedimento os autos do Procedimento de Gestão Administrativa nº 10946-2018 (GEDOC 000027-226/2018), em razão de conexão entre os respectivos objetos e causa de pedir, na forma do art. 23 da Lei Complementar Estadual nº 12/93 c/c Ato PGJ nº 526/2015, visto ser esta atinente ao pedido original de licença da postulante. **Egrégio Conselho Superior, por unanimidade, converteu o julgamento em diligência para apensamento dos autos do Procedimento de Gestão Administrativa nº 14612/2018 (GEDOC nº 000053-226/2018) sejam anexados os autos do Procedimento de Gestão Administrativa nº 10946-2018 (GEDOC 000027-226/2018), nos termos do voto da relatora. Julgado em 05.07.2018, na 1282ª sessão ordinária do CSMP.**

2.2 Relatora: Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.

2.2.1 Procedimento Investigatório Criminal SIMP nº 001379-086/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: crimes de responsabilidade. Promoção de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

arquivamento. Promotor de Justiça: Eduardo Palácio Rocha. Relatora: Dr.^a Clotildes Costa Carvalho. **Retirado de pauta.**

2.2.2 Procedimento Preparatório nº 40/2017 (SIMP nº 000038-088/2015). Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: averiguar as possíveis irregularidades na carga horária dos motoristas de ambulâncias, no Município de Santana do Piauí. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Romana Leite Vieira. Relatora: Dr.^a Clotildes Costa Carvalho. **Retirado de pauta.**

2.2.3 Procedimento de Investigação Preliminar nº 63/2004/CAFO (SIMP nº 000057-186/2017). Origem: Promotoria de Justiça de Simões. Assunto: contratação de servidores sem concurso público. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Tallita Luzia Bezerra Araújo. Relatora: Dr.^a Clotildes Costa Carvalho. **Retirado de pauta.**

2.2.4 Inquérito Civil nº 062/2016 (SIMP nº 000090-034/2016). Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: exploração financeira de pessoa idosa. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Myrian Lago. Relatora: Dr.^a Clotildes Costa Carvalho. **Retirado de pauta.**

2.2.5 Inquérito Civil nº 024/2017 (SIMP nº 000040-063/2017). Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior. Assunto: apurar notícia de despesa com serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos sem licitação em Nossa Senhora de Nazaré, exercício financeiro de 2011. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Cezario de Sousa Cavalcante Neto. Relatora: Dr.^a Clotildes Costa Carvalho. **Retirado de pauta.**

3) EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DO TEOR DOS INTENS 3.1 E 3.2:

3.1 Ofícios/Memorandos comunicando instauração ou arquivamento de procedimentos/encaminhando cópias de portarias ou recomendações.

3.1.1 Memorando nº 12/2018. Origem: 42ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: ajuizada ação referente ao Inquérito Civil nº 03/2017 (SIMP 000183-019/2014), que trata sobre a impugnação ao edital de concorrência nº 17/2014 – relançamento.

3.1.2 Ofício nº 414/2018. Origem: Promotoria Regional de São Raimundo Nonato. Assunto: Comunicação de Instauração de Inquérito Civil nº 25/2018, com fim de apurar possíveis danos ambientais relativos à realização de shows e apresentações musicais no estabelecimento TIME CONVENIENCIA, sem a devida licença ambiental.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

3.1.3 Ofício nº 428/2018 – PR/SRN Origem: Promotoria Regional de São Raimundo Nonato. Assunto: comunicação de instauração de inquérito civil nº 24/2018 (SIMP: 000051-097/2018), para fins de apurar supostas irregularidades atos de improbidade administrativa relativos ao procedimento licitatório para aquisição de suprimentos e materiais de informática (Processo Administrativo nº 051/2018), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO POR ITEM (PREGÃO PRESENCIAL SPR Nº 028/2018).

3.1.4 Ofício nº 429/2018 – PR/SRN Origem: Promotoria Regional de São Raimundo Nonato. Assunto: apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas – Caracol/PI em 13/06/2018 a 14/06/2018.

3.1.5 Memorando nº 26/2018. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Piriipiri. Assunto: nova dilação do prazo de investigação, com anuência do Conselho Superior para dilação de 01 (um) ano do prazo de investigação do Inquérito Civil nº 04/2016 – SIMP Nº 90-076/2016.

3.1.6 Ofício nº 361/2018 – GPC. ICP nº 000265-276/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Simplício Mendes. Assunto: promoção de arquivamento do Inquérito Civil Público (ICP) nº. 000265-276/2017) que tem por fim apurar atos de improbidade administrativa no município de São Francisco de Assis do Piauí.

3.1.7 Ofício nº 358/2018 – GPC. ICP nº 000198-276/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Simplício Mendes. Assunto: promoção de arquivamento do Inquérito Civil Público (ICP) nº. 000198-276/2017) que tem por fim colher elementos de veracidade e comprovação dos fatos tratados na notícia em lume, ao que se refere à lavratura de TCO/IPL e outros procedimentos administrativos.

3.1.8 Ofício nº 158/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: encaminhar relatório do Inquérito Civil 10/2014 (SIMP nº 000007-107/2018) para fins de conhecimento, que refere-se ao Inquérito Civil Público destinado à implantação de uma política municipal de combate ao uso de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes.

3.1.9 Ofício nº 080/2018 – GPJSMT. Origem: Promotoria de Justiça de São Miguel do Tapuio. Assunto: instauração do Procedimento Preparatório nº 017/2018, para apurar supostas irregularidades nas prestações de contas do Município de Assunção do Piauí, referente ao exercício de 2017.

3.1.10 Ofício nº 334/2018 GPJPII. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II. Assunto: prorrogação do prazo de conclusão do Inquérito Civil nº 35/2017 (SIMP nº 000406-

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

182/2017), instaurado com o objetivo de fiscalizar/acompanhar o plano municipal de atendimento socioeducativo do Município de Milton Brandão.

3.1.11 Memorando nº 122/2018 – 3ª PJ. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 28/2017 (SIMP nº 000831-090/2016), instaurado com o fim de averiguar suposta situação de risco vivenciada por idoso.

3.1.12 Ofício 31ª PJ nº 387/2018. Origem: 31ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 01/2018 (SIMP nº 000029-003/2018), instaurado para acompanhar o cumprimento das cláusulas do TAC nº 01/2018, onde a instituição de ensino comprometeu-se a providenciar sua regularização junto ao Conselho Municipal de Educação de Teresina-PI, seguindo as diretrizes apontadas na Resolução CME/THE nº 03/2010, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do dia 30/01/2018.

3.1.13 Ofício 31ª PJ nº 393/2018. Origem: 31ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 11/2018 (SIMP nº 000045-003/2018), instaurado para acompanhar o cumprimento das cláusulas do TAC nº 11/2018, onde a instituição de ensino comprometeu-se a providenciar sua regularização junto ao Conselho Municipal de Educação de Teresina-PI, seguindo as diretrizes apontadas na Resolução CME/THE nº 03/2010, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do dia 19/03/2018.

3.1.14 Ofício 31ª PJ nº 391/2018. Origem: 31ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 05/2018 (SIMP nº 000033-003/2018), instaurado para acompanhar o cumprimento das cláusulas do TAC nº 02/2018, onde a instituição de ensino comprometeu-se a providenciar sua regularização junto ao Conselho Municipal de Educação de Teresina-PI, seguindo as diretrizes apontadas na Resolução CME/THE nº 03/2010, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do dia 30/01/2018.

3.1.15 Ofício 32ª PJ nº 300/2018. Origem: 32ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 000062-004/2018, com o objetivo de apurar a existência de práticas ofensivas ao direito de consumidor por parte do plano de saúde UNIMED TERESINA – Cooperativa de Trabalho Médico.

3.1.16 Ofício 32ª PJ nº 315/2018. Origem: 32ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração do Procedimento Preparatório nº 10/2018 (SIMP nº 000067-004/2018), com o objetivo de apurar a suposta abusividade de cláusula de contrato de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

prestação de serviços educacionais por parte da Empresa Centro de Ensino Unificado de Teresina – CEUT.

3.1.17 Memorando nº 164/2018 – 2ª PJ. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 102/2017-B (SIMP nº 000837-089/2017), instaurado para verificação da situação de risco de adolescente que apresentava comportamento desregrado e agressivo.

3.1.18 Memorando nº 167/2018 – 2ª PJ. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 23/2017 – PJ de Bocaina (SIMP nº 000012-258/2017), que trata de investigação de paternidade.

3.1.19 Memorando nº 168/2018 – 2ª PJ. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 26/2017 – PJ de Bocaina (SIMP nº 000094-258/2017), que trata de investigação de paternidade.

3.1.20 Memorando nº 169/2018 – 2ª PJ. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 06/2017-B (SIMP nº 000075-089/2017), que trata de verificação de situação de risco de menores.

3.1.21 Memorando nº 170/2018 – 2ª PJ. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 88/2017-B (SIMP nº 000460-089/2017), que trata de verificação de situação de risco de adolescente.

3.1.22 Memorando nº 171/2018 – 2ª PJ. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 24/2017-B (SIMP nº 000211-089/2015), que trata de verificação de situação de risco de menores.

3.2 OUTROS

3.1 E-mail oriundo da Promotoria de Justiça de Matias Olímpio. Assunto: arquivamento dos Procedimentos Administrativos: 030/2018 (SIMP nº 000034-229/2017), instaurado para apurar suposta remoção arbitrária de servidor público; 033/2018 (SIMP nº 000366-229/2018), 034/2018 (SIMP nº 000367-229/2018) e 041/2018 (SIMP nº 000396-229/2018), instaurados para acompanhar a fixação de alimentos em favor de criança;

3.2 E-mail oriundo da 1ª Promotoria de Justiça de Floriano. Assunto: arquivamento dos Procedimentos: Notícia de Fato SIMP nº 000032-101/2017, que tem por objeto a verificação de descumprimento dos princípios da Administração Pública em processo de licitação; Notícia de Fato SIMP nº 000033-101/2017, que tem por objeto a verificação da

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

existência de dano ambiental em esgoto a céu aberto; Notícia de Fato SIMP nº 000034-101/2017, que tem por objeto averiguar irregularidade no atraso de pagamento dos salários dos meses de setembro a dezembro de 2016 dos servidores municipais de Floriano, incluindo o 13º salário; Notícia de Fato SIMP nº 000041-101/2017, que tem por objeto averiguar irregularidade no atraso de pagamento das diárias dos servidores do Hospital Regional Tibério Nunes; Notícia de Fato SIMP nº 000055-101/2017, que tem por objeto a verificação da falta de iluminação pública no Bairro Manguinha; Notícia de Fato SIMP nº 001703-100/2017, que tem por objeto garantir a regularização das escolas Evolução e Cia Ltda. e Pequeno Príncipe Ltda. ME, junto ao Conselho Estadual de Educação/PI; Notícia de Fato SIMP nº 000009-101/2018, que tem por objeto a verificação de irregularidades no funcionamento do CAPS de Floriano; Notícia de Fato SIMP nº 000013-101/2018, instaurado para averiguar uso irregular de aparelhos de som acústico; Notícia de Fato SIMP nº 000016-101/2018, instaurado para verificação de descumprimento dos princípios da Administração Pública em processo de licitação; Notícia de Fato SIMP nº 000025-100/2018, instaurado para averiguar violação de direito de deficiente mental no que se refere à negação de acesso gratuito ao transporte coletivo urbano; Procedimento Administrativo nº 000015-101/2017, instaurado para acompanhar as ações desenvolvidas pelo Município de Floriano para o acompanhamento das crianças com microcefalia, estimulação precoce e inclusão na assistência social; e encaminhamento de Termo de Ajustamento de Conduta referente à Notícia de Fato nº 000013-101/2018.

3.3 E-mail oriundo da 1ª Promotoria de Justiça de Bocaina. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 02/2018 para averiguar eventual situação de risco vivenciada por Senhora.

3.4 E-mail oriundo da Promotoria de Justiça de Monte Alegre do Piauí. Assunto: prorrogação por 1 (um) ano do prazo para conclusão do Inquérito Civil nº 002/2012, instaurado para apurar a ausência de acesso dos moradores da Localidade Conceição dos Martins (Zona Rural do Município de Monte Alegre) ao uso do serviço público de fornecimento de energia elétrica.

3.5 E-mail oriundo da Promotoria de Justiça de Itainópolis. Assunto: instauração dos Inquéritos Cíveis números 02/2018, com o objetivo de fiscalizar/acompanhar o plano municipal de atendimento socioeducativo do Município de Itainópolis-PI; e 03/2018, com o objetivo de fiscalizar/acompanhar o plano municipal de atendimento socioeducativo do Município de Vera Mendes-PI.

3.6 E-mail oriundo da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Piauí. Assunto: instauração dos Inquéritos Cíveis: 18/2018, com o objetivo de fiscalizar/acompanhar o plano

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

municipal de atendimento socioeducativo do Município de Santa Cruz do Piauí; 19/2018, com o objetivo de fiscalizar/acompanhar o plano municipal de atendimento socioeducativo do Município de Wall Ferraz-PI; 20/2018, com o objetivo de fiscalizar/acompanhar o plano municipal de atendimento socioeducativo do Município de Paquetá-PI.

3.7 E-mail oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Altos. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 096/2017 no Procedimento Administrativo nº 04/2018 para apurar situação de vulnerabilidade e risco em que se encontra senhora, em razão da falta de condições financeiras, alimentares e de saúde.

3.8 E-mail oriundo da Promotoria de Justiça de Matias Olímpio. Assunto: prorrogação por mais 1 (um) ano do prazo de conclusão do Procedimento Administrativo nº 012/2017 (SIMP nº 000007-229/2017), instaurado para apuração de atraso de salário por parte de Prefeitura.

3.9 E-mail oriundo da Promotoria de Justiça de Matias Olímpio. Assunto: prorrogação por mais 1 (um) ano do prazo de conclusão da Notícia de Fato nº 03/2018 (SIMP nº 000173-229/2018).

3.10 E-mail oriundo da Promotoria de Justiça de Cristino Castro. Assunto: instauração dos Inquéritos Cíveis: 02/2018, com o objetivo de fiscalizar/acompanhar o plano municipal de atendimento socioeducativo do Município de Cristino Castro-PI; 03/2018, com o objetivo de fiscalizar/acompanhar o plano municipal de atendimento socioeducativo do Município de Santa Luz-PI; 04/2018, com o objetivo de fiscalizar/acompanhar o plano municipal de atendimento socioeducativo do Município de Palmeira do Piauí-PI; 05/2018, com o objetivo de fiscalizar/acompanhar o plano municipal de atendimento socioeducativo do Município de Alvorada do Gurgueia-PI.

3.11 E-mail oriundo da Promotoria de Justiça de Padre Marcos-PI. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 25/2018, instaurado com a finalidade de resguardar direito individual indisponível, guarda e prestação alimentícia em prol de criança.

3.12 E-mail oriundo da Promotoria de Justiça de Padre Marcos-PI. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 21/2018, instaurado com a finalidade de resguardar direito individual indisponível à guarda e prestação alimentícia em prol de criança.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

3.13 E-mail oriundo da 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: prorrogação do prazo dos Procedimentos Administrativos: 01/2017 (SIMP nº 000294-088/2016); 14/2017 (SIMP nº 000091-088/2015); instaurado para apurar o descaso e abandono por parte das autoridades com a estrutura física do Terminal Rodoviário Zuza Baldoíno; 023/2017 (SIMP nº 000132-088/2016) e 27/2017 (SIMP nº 000098-088/2017).

3.14 E-mail oriundo da 1ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: prorrogação do prazo por 90 (noventa) dias do Procedimento Investigatório Criminal nº 001/2017 (SIMP nº 000103-160/2017); Notícia de Fato nº 002/2018 (SIMP nº 000027-160/2018); Notícia de Fato nº 005/2017 (SIMP nº 000013-160/2018); Notícia de Fato nº 006/2018 (SIMP nº 000061-160/2018) e Notícia de Fato nº 009/2018 (SIMP nº 000126-160/2018).

3.15 E-mail oriundo da 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 01/2018 (SIMP nº 000006-088/2018) no Procedimento Administrativo nº 08/2018, com o objetivo de fiscalizar a falta de acessibilidade nas dependências das instituições bancárias na cidade de Picos; conversão da Notícia de Fato nº 79/2017 (SIMP nº 000270-088/2017) no Procedimento Administrativo nº 09/2018, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar questões relacionadas ao atendimento prioritário para idosos e deficientes físicos em clínica de Picos; conversão Notícia de Fato nº 70/2017 (SIMP nº 000259-088/2017) no Procedimento Administrativo nº 10/2018, com o objetivo de apurar irregularidades na prestação de contas de Aroeiras do Itaim, exercício de 2012; conversão da Notícia de Fato nº 64/2017 (SIMP nº 000274-088/2017) no Inquérito Civil nº 15/2018, com o objetivo de averiguar denúncia de contratação pela Prefeitura de Picos de mais de 16 mil diárias em pousada de Teresina; conversão da Notícia de Fato nº 73/2017 (SIMP nº 000262-088/2017) em Inquérito Civil nº 16/2018, com o objetivo de averiguar a receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito e sua destinação por parte da Secretaria de Trânsito de Picos; conversão da Notícia de Fato nº 37/2017 (SIMP nº 000183-088/2017) em Inquérito Civil nº 17/2017, com o objetivo de averiguar possível dano ao erário ao Município de Santana do Piauí consubstanciado no ato de pagar por serviço não prestado; e conversão da Notícia de Fato nº 78/2017 (SIMP nº 000267-088/2017) no Procedimento Administrativo nº 11/2018, com o objetivo de acompanhar a instauração da Casa de Custódia no Município de Picos.

3.16 E-mail oriundo da 1ª Promotoria de Justiça de Floriano. Assunto: encaminhamento do Termo de Ajustamento de Conduta referente ao Procedimento Administrativo SIMP nº 000021-101/2017; arquivamento das Notícias de Fato: SIMP nº 000052-101/2017, instaurado para averiguar a existência de irregularidade/ilegalidade no Edital nº 001/2017-UESPI, que dispõe sobre as regras para a realização do concurso público para ingresso na carreira de magistério superior consistente na exigência de titulação de mestrado e doutorado como pré-requisito para inscrição e concorrência dos candidatos;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

SIMP nº 000059-101/2017, instaurado para garantir os serviços de limpeza e iluminação pública nas ruas do Bairro Princesa do Sul; arquivamento dos Procedimentos Administrativos: SIMP nº 000016-101/2017, instaurado para acompanhar a realização de ações e medidas realizadas pelo Município de Floriano, visando garantir o controle das doenças causadas pelo mosquito transmissor do vírus da dengue, chikungunya e zica vírus; SIMP nº 000021-101/2018, que tem por objeto acompanhar o cumprimento de TAC celebrado com as empresas que prestam serviços de transporte coletivo no Município de Floriano, no que se refere à garantia de respeito aos direitos de acesso gratuito a tais serviços por idosos, deficientes e estudantes; SIMP nº 000038-101/2017, instaurado para acompanhar cumprimento de TAC celebrado com as empresas funerárias PAX PIAUÍ, PAX UNIÃO, DARIO PAX e PAZ ETERNA, no que se refere à criação de normas isonômicas sobre o acesso a agentes funerários ao Hospital Regional Tibério Nunes, a fim de evitar constrangimentos a servidores, familiares das pessoas falecidas e litígios entre os próprios agentes; SIMP nº 000048-101/2017, instaurado para acompanhar a execução de TAC celebrado com a Câmara Municipal, cuja obrigação compromissada foi a elaboração e aprovação de Resolução dispendo sobre a cota de combustível destinada aos vereadores e sua respectiva prestação de contas; SIMP nº 000010-101/2018, SIMP nº 000011-101/2018 e SIMP nº 000012-101/2018, instaurados para garantir os direitos fundamentais de usuários/dependentes de drogas, com as suas inclusões na rede de atendimento do CAPS, a fim de que sejam acompanhadas pela equipe multidisciplinar da atenção básica de saúde do Município de Floriano, haja vista encontrarem-se em situação de vulnerabilidade, com risco pessoal e social.

3.17 E-mail oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: instauração do Procedimento Preparatório nº 013/2018, para apurar a aquisição, pelo Município de Esperantina, da empresa DIPALIMP Distribuidora de Produtos de Higiene, Limpeza e Medicamentos Ltda., de produtos/gêneros para alimentação escolar com valores fora dos padrões de mercado.

3.18 E-mail oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: instauração do Procedimento Preparatório nº 14/2018 para apurar a não realização de procedimento licitatório para reforma na Unidade Penal de Esperantina.

3.19 E-mail oriundo da 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: conversão do Procedimento Preparatório nº 18/2017 (SIMP nº 000237-088/2015) no Inquérito Civil nº 21/2018, com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades na prestação de contas da gestora do FMAS do Município de Geminiano-PI; conversão do Procedimento Preparatório nº 22/2017 (SIMP nº 000126-088/2015) no Inquérito Civil nº 22/2018, instaurado para averiguar a existência de funcionários fantasmas na Prefeitura de Santana do Piauí; conversão do Procedimento Preparatório nº 26/2017 (SIMP nº 000015-

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

088/2016) no Inquérito Civil nº 23/2018, instaurado para averiguar suposta contratação irregular de professores na Escola Municipal Félix Pereira de Carvalho, localizada em Picos-PI; conversão do Procedimento Preparatório nº 27/2017 (SIMP nº 000159-088/2015) no Inquérito Civil nº 24/2018, com o objetivo de apurar irregularidade detectada no Município de Aroeiras do Itaim referente à contratação ilegal de servidora; conversão do Procedimento Preparatório nº 53/2017 (SIMP nº 000231-088/2017) no Inquérito Civil nº 25/2018, com o objetivo de averiguar a regularização das instituições escolares junto ao Conselho Estadual de Educação do Piauí – CEE/PI.

4. SEM APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS.

5. PRESIDENTE DECLARA ENCERRADA A SESSÃO.

PARTICIPARAM DA SESSÃO O DR. CLEANDRO ALVES DE MOURA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DR. ARISTIDES SILVA PINHEIRO, CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DR. ALÍPIO DE SANTANA RIBEIRO, DR.^a RAQUEL DE NAZARÉ PINTO COSTA NORMANDO, DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO E DR.^a CLOTILDES COSTA CARVALHO. ITANIEMI ROTONDO SÓ, LAVROU O PRESENTE EXTRATO DE ATA, QUE SERÁ PUBLICADO, APÓS A APROVAÇÃO.